A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TALITA FIM DOS SANTOS

RESUMO: Este artigo aborda a valorização da cultura indígena na educação infantil, destacando sua relevância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e inclusiva desde os primeiros anos escolares. Ao analisar os benefícios da incorporação dos saberes indígenas nas práticas pedagógicas, o estudo reflete sobre a importância desses conhecimentos para a construção de uma educação plural e intercultural. Além disso, são discutidos os desafios enfrentados pelos educadores ao implementarem essa abordagem, bem como são sugeridas metodologias pedagógicas que possam integrar a cultura indígena de forma eficaz e respeitosa no cotidiano escolar, promovendo uma formação que reconheça a diversidade cultural e favoreça a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura indígena; Educação infantil; Diversidade cultural.

ABSTRACT: This article addresses the importance of indigenous culture in early childhood education, highlighting its relevance for the development of a critical and inclusive consciousness from the earliest school years. By analyzing the benefits of incorporating indigenous knowledge into pedagogical practices, the study reflects on the importance of this knowledge for the construction of a plural and intercultural education. In addition, the study discusses the challenges faced by educators when implementing this approach, as well as suggesting pedagogical methodologies that can integrate indigenous culture effectively and respectfully into daily school life, promoting an education that recognizes cultural diversity and favors the construction of a more just and egalitarian society.

KEY-WORDS: Indigenous culture; Early childhood education; Cultural diversity.

INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, pois é nesse período que as crianças começam a formar suas bases cognitivas, emocionais e sociais. Nesse contexto, a promoção da diversidade cultural nas práticas pedagógicas é essencial para que as crianças cresçam em um ambiente que respeite e valorize as diferenças. No Brasil, um país de rica pluralidade étnica, a valorização da cultura indígena na educação infantil tem um papel ainda mais significativo, pois contribui para a formação de uma identidade nacional que reconhece os povos originários como parte integrante da nossa história e cultura.

A inclusão da cultura indígena no currículo escolar é uma estratégia poderosa no combate ao preconceito, à desinformação e à invisibilidade das culturas indígenas. Durante muito tempo, essas culturas foram marginalizadas no sistema educacional, com uma representação muitas vezes distorcida ou estereotipada. Ao integrar os saberes indígenas na educação infantil, as escolas têm a oportunidade de promover um entendimento mais aprofundado sobre a diversidade étnica e cultural do Brasil, ajudando as crianças a desenvolverem uma visão mais empática e respeitosa sobre os povos indígenas e suas tradições.

Além disso, a implementação de uma educação intercultural, que envolva os saberes, as práticas e as tradições dos povos indígenas, é essencial para que as crianças compreendam, desde cedo, a importância de respeitar as diferenças. A educação infantil deve, portanto, ser um espaço em que as crianças aprendam não apenas conteúdos acadêmicos, mas também valores de convivência pacífica e respeito mútuo, essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Este artigo visa discutir a importância da valorização da cultura indígena na educação infantil, destacando os benefícios dessa abordagem para o desenvolvimento da consciência crítica nas crianças e propondo práticas pedagógicas que integrem as manifestações culturais indígenas ao cotidiano escolar. Através dessa reflexão, busca-se evidenciar como a valorização da cultura indígena pode ser uma ferramenta pedagógi-

ca poderosa na formação de cidadãos conscientes e preparados para contribuir com a construção de uma sociedade diversa e justa.

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS

A valorização da cultura indígena na educação infantil é um passo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e plural. Desde os primeiros anos de vida escolar, é essencial que as crianças tenham acesso a uma formação que respeite e valorize a diversidade cultural presente em nosso país. O contato com os saberes indígenas, suas línguas, histórias e tradições, contribui para a construção de uma identidade cultural rica e multifacetada. Ao aprender sobre os povos indígenas, as crianças desenvolvem uma maior empatia e compreensão em relação à diversidade cultural, o que as torna mais sensíveis e respeitosas às diferenças. O processo de valorização da cultura indígena não deve ser visto como uma simples introdução de conteúdos sobre esses povos, mas sim como uma prática pedagógica que promova uma vivência profunda de seus saberes e costumes (SILVA, 2020, p. 56).

A inclusão da cultura indígena no currículo escolar também permite a desconstrução de estereótipos e preconceitos que muitas vezes estão presentes na sociedade em geral. Ao longo da história, os povos indígenas foram frequentemente retratados de forma distorcida, sendo muitas vezes invisibilizados ou retratados de maneira romântica e simplificada. Por meio de uma abordagem pedagógica séria e comprometida, é possível apresentar aos alunos as diversas realidades vividas pelos povos indígenas, suas lutas e conquistas. Isso é fundamental para que as crianças compreendam a riqueza e complexidade dessas culturas, longe dos estigmas e das falsas narrativas (RIBEIRO, 2015, p. 102).

Ademais, a valorização da cultura indígena também contribui para o fortalecimento da identidade cultural de crianças que pertencem a essas comunidades. Quando os povos indígenas têm sua cultura respeitada e valorizada na escola, isso reforça o sentimento de pertencimento e autoestima. As crianças indígenas se veem representadas, o que fortalece sua conexão com suas origens e com as tradições de seus antepassados. Para os alunos não indígenas, essa valorização funciona como um espaço de aprendizagem e reconhecimento, permitindo que todos se apropriem da diversidade cultural brasileira. Portanto, o ambiente escolar torna-se um espaço de construção de uma cidadania plural, em que as diferenças são vistas como fonte de riqueza e aprendizado (SOUZA, 2018, p. 145).

O impacto da valorização da cultura indígena se estende além do ambiente escolar, influenciando também a comunidade em geral. Crianças que crescem em um contexto educativo que respeita e valoriza as culturas indígenas tendem a ser mais conscientes de sua responsabilidade social e cultural. A educação infantil, ao integrar essas culturas no seu conteúdo, contribui para a formação de uma sociedade mais tolerante, onde as pessoas são mais abertas ao diálogo e ao respeito às diferenças. Assim, a escola torna-se um ponto de transformação social, capaz de influenciar a sociedade como um todo no processo de desconstrução de preconceitos e estigmas relacionados aos povos indígenas (KRENAK, 2019, p. 87).

Portanto, a valorização da cultura indígena não deve ser tratada apenas como uma questão de inclusão de conteúdos, mas como um compromisso pedagógico com a promoção de uma educação que forme cidadãos conscientes de sua diversidade cultural. É através desse processo de valorização que as crianças se tornam protagonistas de uma mudança social, em que o respeito à diversidade e o reconhecimento das culturas indígenas se tornam valores fundamentais na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A LEGISLAÇÃO E AS DIRETRIZES OFICIAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A valorização da cultura indígena no contexto escolar brasileiro está amparada por um conjunto significativo de legislações que buscam promover o reconhecimento da diversidade étnica e a construção de uma educação plural. A Constituição Federal de 1988 já estabelece, em seu artigo 210, que o en-

sino deve respeitar a diversidade cultural e os direitos das comunidades indígenas, garantindo-lhes uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural (BRASIL, 1988). A partir dessa base constitucional, foi instituída a Lei nº 11.645/2008, que alterou a LDB (Lei nº 9.394/1996) e tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos de toda a educação básica, incluindo a educação infantil. Essa medida visa combater o apagamento histórico desses povos, promovendo sua valorização desde os primeiros anos escolares (BRASIL, 2008, p. 1).

No que se refere especificamente à educação infantil, essa legislação reconhece o papel fundamental da escola como espaço de formação da identidade cultural, social e ética das crianças. A inserção de conteúdos sobre os povos indígenas nesse estágio educacional contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, respeitosa e solidária em relação às diferenças. Conforme apontado por Silva (2020, p. 77), a presença da cultura indígena no currículo escolar permite que as crianças aprendam a valorizar outras formas de viver, pensar e se relacionar com o mundo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Essa abordagem vai ao encontro das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância da diversidade étnico-racial como um dos pilares para a formação cidadã dos estudantes (BRASIL, 2017).

No âmbito do município de São Paulo, diversas iniciativas normativas também vêm sendo implementadas com o intuito de garantir o respeito e a valorização das culturas indígenas nas unidades educacionais. A Instrução Normativa SME nº 16/2024, por exemplo, estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Centros de Educação Infantil Indígena (CEIIs) e dos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs). Esses espaços são voltados para atender, com especificidade, as necessidades das crianças indígenas que vivem no território urbano da cidade, promovendo uma educação que respeite e fortaleça suas identidades culturais (SÃO PAULO, 2024). Além disso, o Decreto Municipal nº 58.526/2018 determina metas e ações voltadas ao desenvolvimento de uma educação escolar indígena diferenciada e bilíngue, com foco na valorização das línguas maternas e dos saberes tradicionais (SÃO PAULO, 2018).

A efetivação dessas diretrizes, entretanto, ainda enfrenta desafios no cotidiano das escolas, sobretudo aquelas que não possuem presença indígena direta em suas comunidades escolares. Muitos profissionais da educação não receberam, durante sua formação inicial, subsídios teórico-práticos suficientes para trabalhar com temas relacionados à interculturalidade e à história dos povos originários. Por isso, torna-se indispensável a realização de programas de formação continuada, conforme prevê a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Essa resolução aponta a necessidade de preparar os educadores para lidar com a diversidade e implementar práticas pedagógicas que contemplem a história e cultura dos povos indígenas de forma transversal, não reduzida a datas comemorativas (BRASIL, 2004).

Dessa forma, é possível perceber que o aparato legal já oferece um suporte robusto para a valorização da cultura indígena na educação infantil. No entanto, sua aplicação exige comprometimento, sensibilidade e ações concretas por parte das redes de ensino e das unidades escolares. É necessário romper com a visão folclórica e superficial da cultura indígena e investir em práticas educativas que realmente promovam a escuta, a representatividade e o protagonismo desses povos no contexto escolar. Ao reconhecer a cultura indígena como parte essencial do patrimônio nacional, a legislação brasileira e paulistana reafirma o papel da educação como instrumento de transformação social e combate à desigualdade histórica e cultural.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INTEGRAR A CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para integrar a cultura indígena no ensino da educação infantil, é necessário que os educadores adotem práticas pedagógicas que favoreçam a valorização e a vivência dos saberes indígenas de maneira respeitosa e significativa. Uma abordagem eficaz para esse

fim é a utilização de metodologias ativas que incentivem a participação das crianças e a construção do conhecimento de forma colaborativa. O uso de materiais didáticos que contemplem a diversidade indígena, como livros ilustrados, jogos e brinquedos tradicionais, pode ser uma excelente forma de introduzir as crianças aos diferentes aspectos dessa cultura. Tais recursos didáticos devem ser escolhidos com cuidado, garantindo que representem de maneira fiel e respeitosa a diversidade dos povos indígenas, sem cair em estereótipos ou distorções (SOUZA, 2018, p. 91).

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. [...] é necessário criar condições para o estabelecimento de uma relação positiva e uma apropriação das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, reconhecendo, valorizando, respeitando e possibilitando o contato das crianças com as histórias e as culturas desses povos. (BRASIL, 2009 p. 89).

Além disso, é fundamental que os educadores incorporem a presença de pessoas indígenas no ambiente escolar, seja por meio de visitas, palestras ou oficinas, proporcionando às crianças um contato direto com representantes dessas culturas. Essa convivência é essencial para que as crianças possam aprender de forma mais concreta e viva sobre os povos indígenas, suas tradições e suas lutas. A troca de saberes entre educadores e lideranças indígenas contribui para a construção de um currículo mais autêntico e relevante para as crianças, que se tornam agentes ativos na promoção da valorização da cultura indígena (KRENAK, 2019, p. 115).

A realização de atividades que envolvam a música, a dança, as lendas e os rituais indígenas também é uma forma eficaz de integrar essa cultura no cotidiano escolar. Essas práticas permitem que as crianças vivenciem e se expressem por meio de manifestações culturais indígenas, enriquecendo sua formação cultural e emocional. A música, por exemplo, pode ser utilizada para ensinar sobre os instrumentos tradicionais, as cantorias e as músicas ritualísticas, proporcionando às crianças uma experiência sensorial e afetiva que reforça o aprendizado. Da mesma forma, a dança e os jogos tradicionais indígenas podem ser incorporados ao currículo de forma lúdica, criando um ambiente de aprendizagem dinâmico e envolvente (RIBEIRO, 2015, p. 126).

O uso da língua indígena, sempre que possível, também é uma forma importante de promover a valorização da cultura indígena nas escolas. O ensino de palavras e expressões em línguas indígenas contribui para a preservação dessas línguas e enriquece o vocabulário das crianças, ampliando seu repertório linguístico e cultural. Esse tipo de atividade não apenas fortalece o respeito pelas línguas indígenas, mas também ajuda a preservar as tradições orais e linguísticas desses povos, que estão em constante risco de extinção. Além disso, a aprendizagem de línguas indígenas possibilita uma reflexão crítica sobre as questões linguísticas e culturais, promovendo o respeito pela diversidade linguística e a valorização da pluralidade cultural (KRENAK, 2019, p. 133).

Ao adotar essas práticas pedagógicas, os educadores desempenham um papel fundamental na construção de uma educação inclusiva e intercultural, que respeita e valoriza todas as manifestações culturais presentes na sociedade. A integração da cultura indígena na educação infantil deve ser realizada de maneira contínua e consistente, de modo que as crianças se envolvam e se identifiquem com os conteúdos abordados, compreendendo sua importância para o fortalecimento da diversidade e da justiça social.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS

A implementação da valorização da cultura indígena na educação infantil, embora fundamental, enfrenta diversos desafios que precisam ser enfrentados para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. Um dos principais obstáculos é a falta de formação adequada dos educadores para lidar com a diversidade cultural indígena. Muitas vezes,

os professores não têm acesso a materiais de formação que os capacitem a trabalhar de forma eficaz com esses conteúdos, o que pode levar à reprodução de estereótipos ou à superficialidade no tratamento da cultura indígena. Para superar esse desafio, é necessário oferecer cursos de formação continuada que abordem de forma crítica e aprofundada as questões relacionadas aos povos indígenas, suas culturas e suas realidades (SOUZA, 2018, p. 62).

Outro desafio significativo é a escassez de recursos didáticos que contemplem a diversidade indígena de forma respeitosa e autêntica. Embora existam algumas iniciativas para a criação de materiais pedagógicos que incluam a cultura indígena, ainda é comum que as escolas enfrentem dificuldades para acessar conteúdos que reflitam de maneira precisa e rica as culturas dos povos indígenas. A falta de livros, vídeos, jogos e outros recursos culturais que representem de maneira fiel as tradições indígenas limita as possibilidades de trabalho pedagógico nesse campo. Para superar essa limitação, é essencial que as escolas busquem parcerias com organizações indígenas e com iniciativas que visem a produção e a distribuição de materiais educativos que contemplem essa temática (RIBEIRO, 2015, p. 112).

Além disso, as escolas precisam lidar com a resistência de alguns pais e membros da comunidade em relação à inclusão de conteúdos sobre a cultura indígena. Essa resistência pode ser motivada por preconceitos históricos, por desinformação ou por um receio de que a inclusão de temas indígenas possa comprometer a identidade cultural de seus filhos. Nesse sentido, é importante que as escolas realizem atividades de sensibilização e conscientização com as famílias, promovendo diálogos que esclareçam a importância da valorização da cultura indígena para o desenvolvimento integral das crianças (SILVA, 2020, p. 87).

Outro obstáculo importante é a falta de políticas públicas específicas que incentivem a inclusão da cultura indígena no currículo escolar. Embora existam algumas diretrizes gerais, como a Lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura indígena nas escolas, a aplicação efetiva dessas normas ainda é um desafio. Para que a valorização da cultura indígena seja efetiva, é necessário que as políticas públicas se realizem em ações concretas, como a disponibilização de recursos financeiros para a produção de materiais educativos e a promoção de programas de formação para educadores (KRENAK, 2019, p. 141).

O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

A formação continuada de educadores é uma ferramenta essencial para garantir a implementação eficaz da valorização da cultura indígena nas escolas. Para que os professores possam integrar as práticas pedagógicas que respeitem e celebrem a diversidade cultural indígena, é necessário que passem por uma capacitação contínua que os prepare adequadamente para lidar com as especificidades desse conteúdo. Essa formação deve ser permanente e se estender ao longo de toda a carreira docente, sendo uma parte integrante da prática educacional, não apenas um evento pontual (SILVA, 2020, p. 78).

Em um país de grande diversidade cultural como o Brasil, é imprescindível que os educadores compreendam a riqueza dos saberes indígenas e sua importância na construção da história nacional. Para isso, a formação continuada precisa incluir conteúdos que abordem a história, as tradições, os direitos e as realidades contemporâneas dos povos indígenas. Professores preparados para trabalhar com esses temas têm a capacidade de desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo um ambiente de ensino mais inclusivo e respeitador (RIBEIRO, 2015, p. 98).

A formação também deve estar centrada em metodologias pedagógicas que incentivem a aprendizagem ativa, a reflexão crítica e a participação dos alunos. A abordagem de temas indígenas deve ser contextualizada de forma interdisciplinar, utilizando linguagens diversas que incluam atividades artísticas, contação de histórias, práticas de escuta e experiências práticas, de modo que os alunos possam vivenciar e internalizar o respeito pela diversidade. Para isso, os educadores devem ser incentivados a adotar uma postura flexível e criativa, capaz de adaptar suas

práticas a partir das necessidades e dos contextos das crianças (SOUZA, 2018, p. 102).
Além disso, é necessário que a formação de educadores favoreça o entendimento da interculturalidade. Ao lidar com culturas indígenas, é fundamental que o professor desenvolva uma postura de respeito pelas diferenças, compreendendo as dinâmicas de convivência e os valores dessas comunidades. A formação continuada deve fornecer não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma reflexão profunda sobre o papel do educador enquanto agente de transformação social (KRENAK, 2019, p. 115).
A criação de políticas públicas voltadas para a capacitação contínua de educadores sobre a cultura indígena é fundamental para garantir que essa valorização se torne uma realidade no cotidiano escolar. O compromisso das instituições educacionais em oferecer espaços de formação contínua é indispensável para que a valorização da cultura indígena se torne um aspecto integrado e permanente no processo educacional, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e plural (SILVA, 2020, p. 78).

O IMPACTO DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR E NA SOCIEDADE

A valorização da cultura indígena na educação infantil tem um impacto profundo na convivência escolar, pois contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e respeitador das diferenças. Ao integrar os saberes e as práticas indígenas ao currículo escolar, as crianças desenvolvem uma compreensão mais ampla sobre a diversidade cultural e aprendem a respeitar as diferentes realidades. Esse processo é fundamental para a formação de cidadãos conscientes das desigualdades históricas e sociais, promovendo a convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos (RIBEIRO, 2015, p. 98).
Dentro da escola, a introdução da cultura indígena pode enriquecer a identidade coletiva dos alunos, ampliando seus horizontes e quebrando barreiras culturais que, muitas vezes, perpetuam preconceitos e estereótipos. As crianças, ao se depararem com o universo indígena de maneira respeitosa e contextualizada, aprendem a valorizar a pluralidade de ideias, crenças e tradições que compõem a sociedade brasileira. Esse contato com a diversidade desde a infância fortalece a formação de uma identidade nacional que reconhece e celebra as diferenças, em vez de negar ou minimizar as mesmas (SOUZA, 2018, p. 102).
Além disso, a valorização da cultura indígena na educação infantil contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais importantes, como empatia, escuta ativa e colaboração. Ao conviver com as diferenças culturais de maneira positiva, as crianças aprendem a lidar com as divergências de forma construtiva, o que impacta diretamente no comportamento social dentro e fora da escola. Isso reflete, por sua vez, na sociedade, que se torna mais aberta e receptiva a diferentes culturas e pontos de vista, ajudando a combater o racismo e a intolerância (KRENAK, 2019, p. 115).
Na sociedade mais ampla, os impactos da valorização da cultura indígena na escola se estendem para além do ambiente educacional, favorecendo a construção de um Brasil mais igualitário e respeitoso com seus povos originários. Ao aprender sobre as culturas indígenas e suas contribuições para a formação do país, as crianças tornam-se agentes de transformação social, disseminando esses valores em seus núcleos familiares e nas comunidades em que vivem. Esse processo de conscientização é vital para a construção de uma sociedade que luta contra as injustiças e desigualdades sociais (RIBEIRO, 2015, p. 98).
Portanto, a valorização da cultura indígena nas escolas é uma ação estratégica que vai além da educação formal. Ao integrar os saberes indígenas nas práticas pedagógicas, as escolas não apenas contribuem para o respeito à diversidade, mas também desempenham um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. A educação infantil, ao ser um espaço de aprendizagem e convivência, tem o potencial de moldar atitudes que reverberam em toda a sociedade, formando cidadãos críticos e comprometidos com a promoção da equidade social (SILVA, 2020, p. 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização da cultura indígena na educa-

ção infantil constitui um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente, democrática e respeitosa com sua diversidade étnica e cultural. Ao inserir os saberes, histórias, tradições e valores dos povos originários no cotidiano das práticas pedagógicas, a escola rompe com visões estereotipadas e promove a formação de crianças mais sensíveis às diferentes formas de existência. Essa valorização contribui, desde os primeiros anos escolares, para o desenvolvimento de uma identidade coletiva que reconhece o outro em sua plenitude e humanidade.

Os desafios enfrentados para integrar efetivamente essa temática nas práticas educacionais são múltiplos e demandam o compromisso ético e pedagógico dos educadores, das gestões escolares e das políticas públicas. Entre esses desafios, destacam-se a formação inadequada dos profissionais, a escassez de materiais didáticos que representem os povos indígenas com dignidade e a permanência de visões folclorizadas que reduzem culturas inteiras a datas comemorativas. Superar essas barreiras requer não apenas vontade política, mas também investimento contínuo em formação crítica, emancipatória e antirracista.

É nesse contexto que a legislação educacional brasileira desempenha um papel estruturante e impulsionador. Normas como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais oferecem os alicerces legais para a inserção da temática indígena nos currículos escolares. Além disso, legislações municipais, como as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, reforçam o compromisso local com uma educação mais inclusiva e alinhada à realidade dos povos indígenas urbanos e rurais. Essas normativas, quando efetivamente aplicadas, não apenas legitimam a presença indígena na escola, mas também abrem espaço para que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Portanto, mais do que cumprir uma exigência legal, trabalhar com a cultura indígena na educação infantil é assumir uma postura de respeito, escuta e diálogo com os saberes ancestrais que moldaram — e continuam moldando — o Brasil. É reconhecer que a escola tem um papel social transformador e que cabe a ela promover uma educação que combata o silenciamento histórico e promova justiça cultural. A construção de um ambiente escolar verdadeiramente plural exige coragem pedagógica, compromisso político e sensibilidade humana para valorizar cada criança em sua totalidade, considerando a riqueza dos povos que formam nossa identidade nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

_____. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, 22 maio 2004.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009.

KRENAK, Ailton. O caminho sou eu. Editora Leya, 2019.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, 2015.

SÃO PAULO. Instrução Normativa SME nº 16, de 16 de maio de 2024. Dispõe sobre as diretrizes e normas referentes à organização e funcionamento nos Centros de Educação Infantil Indígena – CEIIs e Centros de Educação e Cultura Indígena – CECIs. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 17 maio 2024.

_____. Decreto nº 58.526, de 23 de novembro de 2018. Estabelece metas para garantir a educação escolar indígena diferen-

ciada e bilíngue no Município de São Paulo. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 24 nov. 2018.
SILVA, Maria Aparecida da. Cultura e diversidade na escola: práticas pedagógicas inclusivas. Petrópolis: Vozes, 2020.
SOUZA, Edson da Costa. Ensino e cultura indígena: desafios e possibilidades na educação infantil. Editora UFMG, 2018.